

Comissão de Economia,

Obras Públicas e Habitação

Registo E_COM6XVI/2024/19

Data 10/05/2024

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Comissão de Economia, Obras
Públicas e Habitação

Deputado Miguel Santos

Assunto: Requerimento para audições do Ministro das Infraestruturas e Habitação, da ex-Presidente da Comissão Técnica Independente, do Presidente Executivo da ANA, do coordenador da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) e do coordenador da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP), sobre a validade jurídica e técnica do Relatório da CTI relativamente à solução do novo Aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete (CTA)

Ex.^{mo} Sr. Presidente,

Na Audiência ocorrida nesta Comissão, onde foi apresentado o Projeto Magellan 500, foram explicitadas dúvidas de cariz jurídico sobre a construção do novo aeroporto em Alcochete, que com a maior premência devem ser esclarecidas.

Estão em causa, no que respeita ao plano jurídico, possíveis lapsos da CTI ao não considerar que, à luz da atual legislação e do Contrato de Concessão à empresa Aeroportos e Navegação Aérea (ANA), existem razões substanciais, para efeitos de análise e discussão jurídica, para considerar que a atual concessionária já não será titular do direito de desenvolvimento do NAL (Novo Aeroporto de Lisboa), nem do direito à “Alternativa da Concessionária para o NAL”, ou seja, na região de Lisboa e dentro do raio de 75 km’s, a ANA já não pode apresentar qualquer outra solução para além da anteriormente apresentada, ao abrigo da cláusula 42.3 do Contrato de Concessão, que correspondia a manter o Aeroporto Humberto Delgado em articulação com o Aeroporto do Montijo, e que não conseguiu concretizar.

Em síntese, tendo a ANA apresentado já a “Alternativa para o NAL” e não a tendo concretizado até à data, o Contrato de Concessão não prevê, qualquer possibilidade de a ANA apresentar outra

(como *second chance*), independentemente das causas pelas quais não conseguiu concretizar a proposta que apresentou para o efeito.

Pelo que se conclui que caso o Estado pretenda promover uma solução aeroportuária para a região de Lisboa, como por exemplo o Campo de Tiro de Alcochete, dentro do perímetro dos 75 km's, não poderá atribuir diretamente tal aeroporto à ANA, ficando vinculado a respeitar os procedimentos de contratação pública previstos no Código dos Contratos Públicos e na legislação europeia em matéria de contratação pública e de concorrência, mais concretamente sujeito a promover um dos procedimentos concorrenciais identificados no artigo 31.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

Entretanto, na sequência de notícias que vinham a serem veiculadas por diversos OCS, foi hoje anunciado pelo Governo o deferimento para a construção do novo aeroporto de Lisboa, com vista à substituição integral do aeroporto Humberto Delgado, no Campo de Tiro de Alcochete (CTA), seguindo a recomendação da CTI, tendo o 1.º ministro afirmado que estas decisões, *“apesar de rápidas, são ponderadas, fundamentadas e estratégicas para o futuro de Portugal”*.

Pelo exposto, consideramos da prioritária importância solicitar informações e esclarecimentos que, de um modo sustentado e clarificador, permita concluir, que o Estado ao decidir aprovar o CTA para o novo Aeroporto de Lisboa, não está a incorrer em responsabilidade, por não lançar um concurso público internacional para a sua adjudicação, para além de ser prioritário saber-se quais os inerentes custos, assim como o respetivo cronograma da obra.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer audições em comissão do Ministro das Infraestruturas e Habitação, Eng. Miguel Pinto Luz, da ex-Presidente da Comissão Técnica Independente, Eng.ª Maria Rosário Partidário, do Presidente Executivo da ANA, Eng.º Thierry Ligonnière, do coordenador da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), Dr. Rui Nuno Baleiras e do coordenador da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP), Dr. Manuel Cardoso Neves Teves Vieira.

Palácio de S. Bento, 14 de maio de 2024

Os Deputados do GPCH,

Filipe Melo

Carlos Barbosa

Eduardo Teixeira

Marta Martins da Silva